

ANÁLISE DOS PERÍODOS PRESIDENCIAIS DA ARGENTINA, BRASIL E URUGUAI

Marcelino Teixeira Lisboa¹

Resumo: o texto apresenta resultados preliminares da pesquisa que visa analisar se há ou não grandes períodos nos quais houve um direcionamento semelhante nas políticas externas da América Latina. Mais especificamente, esse paper apresenta a base histórica utilizada para se organizar as grandes fases das relações internacionais na região, comparada com os períodos presidenciais da Argentina, do Brasil e do Uruguai, analisando o tempo que duraram os mandatos presidenciais. As conclusões parciais indicam que não há semelhança entre essa variável (tempo de duração dos mandatos) nos três países. Porém, é possível verificar alguns pontos nos quais é possível aprofundar a análise, principalmente na ampliação do banco de dados, estendendo-o aos demais países da região, além da comparação com outros fatores ligados à conjuntura global em cada período, que podem ter sido determinantes das diretrizes da política externa.

INTRODUÇÃO

Esse texto compara os períodos presidenciais da Argentina, do Brasil e do Uruguai com as diferentes fases das relações internacionais da América Latina. O objetivo é realizar observações que subsidiem futuras verificações sobre a existência (ou não) de períodos semelhantes na política externa dos países latino-americanos, entendidos como fases da história onde houve uma confluência nas características dessa política exterior.

Em relação às duas unidades analisadas nesse texto, para a primeira – períodos presidenciais – foi construído um banco de dados com as informações relativas aos mandatos de cada presidente dos países. Sobre a segunda – fases das relações internacionais – é utilizada a bibliografia relativa ao tema, com autores que organizam tais relações de maneira cronológica. A metodologia consiste na comparação dessas duas matrizes. A escolha dos três países em questão deve-se ao ponto do andamento da pesquisa. A análise desse texto faz parte de uma pesquisa mais ampla, que envolve todos os países da América latina e que se encontra em fase de execução. Para esse texto, optou-se por abordar os países sobre os quais há informações mais completas na composição da base de dados utilizada.

Outro ponto a se ressaltar é a opção de bibliografia para se organizar os períodos das relações internacionais. Importante lembrar que, conceitualmente, relações internacionais e política

¹ Docente da UNILA, coordenador do projeto de pesquisa do qual esse paper faz parte. Participam do projeto os(as) seguintes acadêmicos(as): Gustavo Frisso, Gustavo Carvalho, Hugo Reyes, Karen Bombón, Isabelle Bhering, Lucas Ferreira e Ever Fuentes.

externa são coisas distintas, sendo a primeira mais ampla e a segunda mais específica. Os estudos de política externa e de Relações Internacionais que abordam grandes períodos de tempo, em grande medida, valem-se da História como base para desenvolver pesquisas de maneira lógica e inteligível para o entendimento dos fenômenos que se propõe a estudar. Em relação aos estudos que abordam a política externa de forma mais específica, tanto em estudos descritivos como analíticos, em geral encontram-se abordagens concernentes a um país em especial. A opção de bibliografia desse texto pauta-se nas relações internacionais, e não na política externa, tanto pela disponibilidade na literatura, como pelos objetivos do texto.

Após essa introdução, o texto apresenta uma seção que descreve as diversas fases das relações internacionais latino-americanas, com base na bibliografia adotada. O tópico seguinte apresenta uma primeira compilação das informações coletadas, com os períodos presidenciais dos três países em forma de gráfico. Logo após, na parte seguinte do texto, as informações relativas a cada país são comparadas com os períodos das relações internacionais apresentados na primeira seção, com o intuito de verificar em que fases das relações internacionais houve períodos de maior estabilidade ou instabilidade, considerando-se como variável os mandatos concluídos ou não dentro do prazo previsto. Nas considerações finais são apontados os possíveis caminhos a serem seguidos pela pesquisa, a partir do exposto no texto.

AS FASES DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Tal com citado anteriormente, a literatura disponível, invariavelmente, aprofunda-se na descrição da região como um todo em diversos períodos, organizando períodos das relações internacionais de forma histórica. Nesse ponto, três obras são de grande utilidade para o entendimento do tema. A primeira delas é “*As relações internacionais da América Latina*” (MOREIRA, QUINTEROS e SILVA, 2010), na qual os autores realizam uma abordagem desde as independências até 2009, indo do particular, com a ênfase nas histórias nacionais, ao geral, das realidades comuns a muitos países. A segunda é “*Historia de unas relaciones difíciles (EEUU-América Española)*” (PADRÓN, 1987), onde o autor trata das relações entre os Estados Unidos e os países da América espanhola, desde a fase anterior à independência até o período final da Guerra Fria, dando ênfase às iniciativas norte-americanas para a América Latina. A terceira refere-se ao livro “*Historia de América Latina: de la colonia al Siglo XXI*” (ZANATTA, 2012), que discorre sobre o período histórico semelhante aos outros dois, mas coloca um tom mais crítico e menos descritivo na narrativa. Ambas as obras traçam um panorama geral das relações internacionais latino-americanas e interamericanas, sem se aprofundar em questões mais específicas de política externa,

mas cumprem o papel de servir de base para a organização dos períodos a serem analisados. São essas as referências utilizadas para essa tarefa, cuja descrição e organização é realizada nesse tópico do texto.

Se considerado que a política externa é uma parte da política geral de um Estado que define como esse Estado conduz as suas relações com os demais (CALDUCH, 1993), somente é possível pensar em política externa da América Latina a partir da existência dos Estados latino-americanos. Sendo a política externa um processo político e institucional no qual os entes estatais definem os objetivos e os meios a serem utilizados para atingi-los, gerando ou modificando as relações com os demais atores da sociedade internacional, não é possível falar de política externa de um país sem que esse seja independente. Sendo assim, o primeiro período a ser considerado nas relações internacionais da América Latina é a fase das independências.

Apesar de haver variações, pode-se considerar que as três obras consideram o período que vai da fase final da primeira década até meados da segunda década do século XIX como a fase das independências. O ano de 1810 é o ponto de partida do livro de Moreira, Quinteros e Silva (2010, p. 17), embora não deixem de fazer um breve apanhado sobre o período colonial, para a seguir enfatizarem o contexto da época nos EUA, Haiti, América do Sul e península centro-americana, além do México. Destacam a Doutrina Monroe como um importante fator de consolidação de uma nova condição da América Latina independente. Padrón (PADRÓN, 1987), por sua vez, não realiza uma descrição de como ocorreram as independências, mas foca nas relações com os EUA, destacando inicialmente as semelhanças e diferenças historicamente construídas entre essas duas Américas – espanhola e saxã. Posteriormente, aborda as relações entre ambas durante o processo de independência latino-americana, colocando sua linha de corte também na Doutrina Monroe, como fator de mudança nas relações. Zanatta (2012) apresenta inicialmente a forma como foi construída pelos europeus a herança colonial que perdurou na América latina após as independências. A seguir, indica que as independências da América Latina coincidiram com as invasões napoleônicas à península ibérica, em 1808. Aponta que houve uma fase de certa autonomia entre 1808 e 1814 e uma revanche da realeza espanhola de 1814 a meados da década de 1820. Também considera que após a enunciação da doutrina Monroe também coincidiu com a consolidação das independências. Sendo assim, o primeiro período que se considera nesse texto vai de 1810 a 1825.

O período seguinte está compreendido entre 1825 e o final do século XIX ou o início do século XX, pois, diferente do anterior, não há uma unanimidade entre os autores. Para Zanatta (2012, p. 53-71), o período que vai das independências até 1890 é uma fase de *repúblicas sin Estado*, quando imperou a instabilidade política e a paralisia econômica, em grande parte porque a

organização política que existia, centralizada no soberano da metrópole, deixou de existir e as novas repúblicas tornaram-se organismos em pedaços. Além disso, com exceção do Brasil, as antigas colônias cortaram os vínculos comerciais com a antiga metrópole, sem ainda terem firmado novas parcerias em nível internacional. O que ocorreu foi a disputa pelo poder entre os caudilhos e tentativas de estabelecimento de uma ordem constitucional. Moreira, Quinteros e Silva (2010) organizam essa fase de forma semelhante, mas consideram que após 1860 o quadro de instabilidade política e paralisia econômica passou a estabilizar-se com a organização institucional dos Estados. Nesse ponto, Zanatta também considera que a partir da segunda metade do século XIX houve uma inflexão nos rumos da economia e da política na América Latina, tanto pela mudança nas lideranças locais, visto que os líderes da independência estavam deixando de existir, como pelos ecos da Revolução de 1848, ocorrida na Europa (ZANATTA, 2012). Para Padrón (1987), que se interessa pelas relações com os EUA, a ênfase nessa fase está primeiramente na política dos dois hemisférios, pautada na Doutrina Monroe, seguida de uma fase de aproximação dos EUA em relação à América Latina, que vai até o início da política do Big Stick, adotada pelo presidente estadunidense Theodore Roosevelt (1901-1909). O que separa a fase de ouro da Doutrina Monroe da fase de aproximação à América Latina é a Guerra da Secessão (1861-1865), durante a qual os EUA estiveram mais envolvidos em assuntos internos, mesmo período em que ocorreu o aumento das intervenções europeias em suas antigas colônias latino-americanas.

A fase seguinte vai até aproximadamente 1930, quando o mundo sofria os efeitos a crise de 1929. Para Padrón (1987), o que ocorreu após a implantação da política do Big Stick foi o crescimento do intervencionismo imperialista dos EUA, como efeito de um expansionismo capitalista iniciado após a Guerra da Secessão, que passou a surtir efeitos após a virada do século XIX para o XX. Esse padrão alterou-se somente após a adoção da política de boa vizinhança, nos anos 1930. Nas outras duas obras de referência desse texto, há uma concordância de que o início dos anos 1930 marcou o início de uma nova fase das relações internacionais da América Latina, seja com os EUA, seja com a Europa, ou mesmo entre os países da região. A fase de transição do século XIX para o século XX marcou a mudança nas diretrizes da política externa dos EUA, que passou a ser mais proativa. Moreira, Quinteros e Silva (2010) destacam que após essa transição, os fatores mais relevantes que marcaram o período foram a Primeira Guerra Mundial e a crise econômica de 1929. Zanatta (2012) nomeia a fase de 1890 até o pós crise econômica dos anos 1930 de era liberal e considera que foi no início dessa fase que, de fato, teve gênese o Estado moderno na América Latina, impulsionada pelos efeitos da Revolução Industrial e pela consolidação do constitucionalismo liberal. O autor destaca que foi nessa fase que as repúblicas da região passaram a ser mais diversas, cada uma seguindo diferentes caminhos. Para o autor, o fim

da era liberal em toda a América Latina ocorreu no início dos anos 1930, mas a diversidade de realidades nos diferentes países torna difícil definir quando foi o início do ocaso dessa fase. Apesar da dificuldade, Zanatta aponta que os efeitos da Primeira Guerra Mundial foram o primeiro sinal de alerta para aqueles regimes que “ *fueron modernizadores en el campo económico pero conservadores en el político*” (ZANATTA, 2012, p. 84). Assim, essa fase finaliza-se no início dos anos 1930, sendo uma visão das três obras utilizadas.

A etapa a seguir também possui uma unidade na visão dos três livros e considera que se iniciou no alvorecer da década de 1930 e seguiu até o fim da Segunda Guerra Mundial. Moreira, Quinteros e Silva denominam tal período como sendo da grande depressão à Segunda Guerra Mundial e destacam a política estadunidense da boa vizinhança, a situação conservadora seguida de uma fase populista no México, a tomada do poder por regimes autoritários na América do Sul e a solidariedade continental dos EUA antes e durante a guerra (MOREIRA, QUINTEROS e SILVA, 2010, p. 167-194). A boa vizinhança é o que pauta a visão de Padrón (1987) para essa fase, na qual destaca a ajuda econômica na área de defesa e o avanço das Conferências Pan-americanas, que permitiram a realização de reuniões em âmbito interamericano no período da guerra. Para a mesma fase, Zanatta (2012), destaca a complexidade da época, quando ocorria a mudança do eixo econômico de muitos países latino-americanos, na tentativa da implantação da substituição de importações. Além disso, novas manifestações ideológicas entremeavam nacionalismo e socialismo, democracias e ditaduras, no período que o autor denomina fase das “Sociedades de Massas” (ZANATTA, 2012). Com diferentes matizes, todos os autores veem a fase do início dos anos 1930 até o final da Segunda Guerra Mundial como um período peculiar na América Latina.

No fim da Segunda Guerra Mundial, que marcou o início da Guerra Fria, inicia-se a outra fase na qual os autores concordam com o período histórico que consideram. Do início da Guerra Fria até a crise dos mísseis em Cuba, em 1962 ou então o início da Aliança Para o Progresso, em 1964, é a fase chamada por Moreira Quinteros e Silva (2010) de início da Guerra Fria e por Zanatta (2012) de era do populismo, enquanto que Padrón (1987) aborda como *La Guerra Fría y las Relaciones Interamericanas*, dando atenção à criação da Organização dos Estados Americanos, as intervenções em Porto Rico e Guatemala, a revolução em Cuba e a Aliança para o Progresso. Tal período, que finaliza na primeira metade da década de 1960, marca a primeira fase da Guerra Fria.

A segunda parte da Guerra Fria é a etapa seguinte considerada nesse texto. Para Moreira, Quinteros e Silva (2010), desde 1961 passaram a ocorrer mudanças nas características dos governos latino-americanos, com a substituição das elites oligárquica e conservadoras por governos reformistas. Além disso, a opção ideológica do Leste do mundo e a revolução cubana traziam uma nova perspectiva para a região e tudo isso levou os EUA a apoiarem governos que tivessem um

caráter anticomunista, levando à implantação de ditaduras militares ao longo dos anos 1960. Zanatta (2012, p. 181-208), por sua vez, dá outra nomenclatura a essa sequência de fatos, chamando de ciclo das revoluções dos anos 1960 a primeira, de implantação de governos reformistas, e de era das contrarrevoluções dos anos 1970 a segunda, a da derrubada de tais governos e instauração de governos ditatoriais, militares ou civis, finalizando o período com a década perdida dos anos 1980. No livro de Padrón, que finaliza sua narrativa na vigência da Guerra Fria, sua parte final destaca os efeitos da Aliança Para o Progresso e as posteriores intervenções dos EUA na instauração de governos ditatoriais (PADRÓN, 1987)

A virada do século XX para o XXI é apontada por Moreira, Quinteros e Silva (2010) e por Zanatta (2012) como a etapa do neoliberalismo e das reformas estruturais, com a abertura dos mercados em tempos de globalização. Também foi o período no qual surgiram novas forças sociais na América Latina e que finalizaria com a crise do neoliberalismo. Essa etapa é seguida do que Zanatta e outros autores chamam de giro à esquerda, quando os grupos políticos contrários às medidas neoliberais da década anterior chegaram ao poder.

A partir dessas referências, a figura a seguir apresenta esses períodos, da forma como será considerado a seguir no texto.

Figura 1: períodos históricos

ANO	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA		
	Moreira, Quinteros e Silva	Loris Zanatta	Francisco Padrón
1810	INDEPENDÊNCIAS	INDEPENDÊNCIAS	INDEPENDÊNCIAS
1815			
1820			
1825			
1830	FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS	REPÚBLICAS SEM ESTADO	DOCTRINA MONROE
1835			
1840			
1845			
1850			
1855			
1860	CONSOLIDAÇÃO DOS ESTADOS	ERA LIBERAL	APROXIMAÇÃO DOS EUA COM A AMÉRICA LATINA
1865			
1870			
1875			
1880			
1885			
1890	TRANSIÇÃO DO SÉCULO	OCASO DA ERA LIBERAL	EXPANSÃO CAPITALISTA PELO INTERVENCIÓNISMO IMPERIALISTA
1895			
1900			
1905			
1910	1ª GUERRA MUNDIAL E CRISE ECONÔMICA	SOCIEDADE DE MASSAS	POLÍTICA DA BOA VIZINHANÇA
1915			
1920			
1925	EFEITOS DA CRISE ECONÔMICA E 2ª GUERRA MUNDIAL	ERA POPULISTA	INÍCIO DA GUERRA FRIA
1930			
1935			
1940	FASE FINAL DA GUERRA FRIA	ERA REVOLUCIONÁRIA	DISTENSÃO ENTRE AS GRANDES POTÊNCIAS
1945			
1950		ERA CONTRA REVOLUCIONÁRIA	CRISE E FIM DA GUERRA FRIA
1955			
1960		DÉCADA PERDIDA	
1965			
1970			
1975			
1980			
1985			
1990			

Elaboração própria.

A parte a seguir apresenta os dados coletados e sua organização, considerando o período de tempo que duraram os mandatos presidenciais.

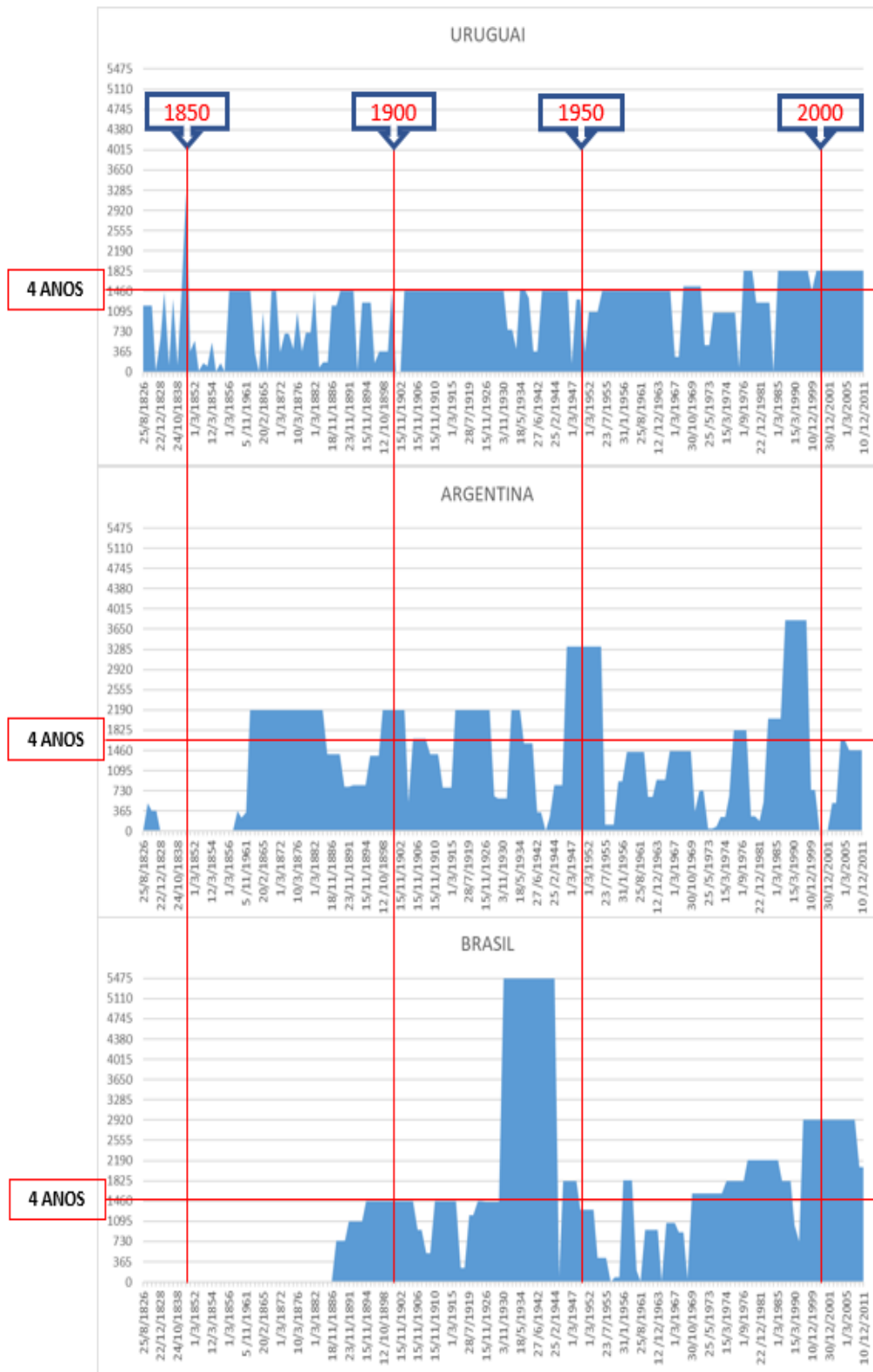
PERÍODOS DOS MANDATOS

Foram coletados dados referentes aos mandatos presidenciais dos três países em questão, considerando diversas variáveis que podem definir qual foi o tipo de mandato. Foram coletadas, inicialmente as informações das datas de início de final dos mandatos, que são os dados apresentados nesse texto. Além dessas informações, considera-se também outras, como: a) tipo de governante que ocupa a chefia do executivo, que pode ser uma única pessoa ou um grupo de pessoas, como as juntas militares; b) a forma da escolha do governante, que pode ser eleito ou nomeado; c) no caso de ter sido eleito, pode ser de forma direta ou indireta e no caso de ser nomeado, pode ser alguém que estava na linha sucessória, como um vice presidente, ou então alguém que não fazia parte do governo; d) a forma como finalizou o período como governante, que pode ter finalizado ao final previsto do mandato, com renúncia voluntária, com a retirada involuntária do cargo ou pela substituição por conta de morte ou doença. No entanto, nesse texto somente apresenta-se o tempo de cada mandato. As demais variáveis fazem parte da pesquisa em execução, da qual esse texto é parte.

A figura a seguir apresenta gráficos que demonstram o período que duraram os mandatos, indicando os cortes temporais históricos a cada cinquenta anos, além de uma linha marcando o tempo de quatro anos de mandato. O motivo para a referência aos quatro anos de mandato é que esse é o tempo previsto de um mandato que se encontra com mais frequência na história da América Latina. Não é incomum encontrar países com períodos nos quais os mandatos duravam ou duram cinco ou seis anos ou até mais, mas o quadriênio é o mais comum.

A partir disso, o olhar com o qual se atenta para esses dados é de verificar três elementos. O primeiro são os períodos chamados de fases de **estabilidade**, nas quais sucessivos governos finalizam seus mandatos, com tempo de duração de quatro a seis anos de duração. O segundo são os períodos nos quais os mandatos possuem menos de três anos de duração ou fases de **instabilidade**. Como o tempo mínimo dos mandatos a partir da implantação das repúblicas é de no mínimo quatro anos, invariavelmente, mandatos com tempo menor de duração que quatro anos indicam uma quebra no previsto para os processos sucessórios. O terceiro são os períodos de **centralização**, em que os gráficos estão muito acima da linha de quatro anos, que indicam que uma única pessoa permaneceu aquele tempo no poder, indicando a fase de predominância de um grupo político específico.

Figura 3: períodos presidenciais



Elaboração própria.

O que a figura anterior apresenta, indica algumas diferenças entre os três países. Se forem considerados os três pontos indicados anteriormente – estabilidade, instabilidade e centralização – é possível realizar algumas conjecturas. A primeira delas é que não se encontra nenhum grande

período de estabilidade, instabilidade ou centralização que seja comum aos três países, embora algumas delas sejam comuns a dois dos três países. Na fase mais instável do Uruguai, o século XIX, a Argentina ainda definia a sua conformação como Estado unitário e o Brasil vivia sob um regime imperial. Na primeira metade do século XX, o Uruguai passou por uma fase estável, ao mesmo tempo em que Brasil e Argentina não apresentavam tal característica. Em relação à centralização, não se encontra tal característica no Uruguai, de acordo com os parâmetros aqui considerados. No caso da Argentina, além de serem mais frequentes os mandatos de seis anos, houve os períodos de Perón e de Menem, que se destacam no gráfico. No caso brasileiro, a fase Vargas salta como o período em que um governante ficou por mais tempo consecutivamente no poder, dentre os três países. Na parte final do gráfico, os números sobem para oito anos no poder, referindo-se aos períodos FHC e Lula, quando a reeleição passou a ser permitida.

Obviamente, os gráficos deixam diversas questões em aberto e tal é a intenção desse texto: olhar para os dados coletados como forma de encontrar caminhos para a sequência da pesquisa e das análises. Diversos pontos devem ser considerados para que a análise do tempo dos mandatos presidenciais ou o tempo em que um governante permaneceu no poder possam ser fatores explicativos da condução da política externa.

Um dos pontos a serem considerados futuramente é o caso em que uma mesma pessoa exerce a função de presidente por mais de uma vez, de maneira não consecutiva, o que não é incomum na história política dos países da América Latina. O caso de Lozada na Bolívia (MESA, MESA e GISBERT, 2012) é um exemplo disso. Outra questão importante é quando ocorre um golpe de Estado, mas o governante eleito é mantido no cargo, o que caracteriza uma mudança de regime de governo, mas não a mudança do governante, como ocorreu com o Uruguai na presidência de Gabriel Terra (1931-1938). Outra questão é a saída de um governante por conta de sua morte, quando o seu vice assume o posto máximo do executivo e finaliza o mandato. Nesse caso, não houve uma fase de instabilidade, pois o mesmo foi finalizado. Essa é uma questão que leva análises futuras em pensar em uma categorização por mandatos e não por governantes.

RESULTADOS PRELIMINARES

Esse tópico do texto apresenta o cruzamento entre os dados relativos aos mandatos presidenciais e a tabela que apresenta as fases das relações internacionais da América Latina, demonstradas na primeira parte do texto. É realizada a análise separadamente para cada país.

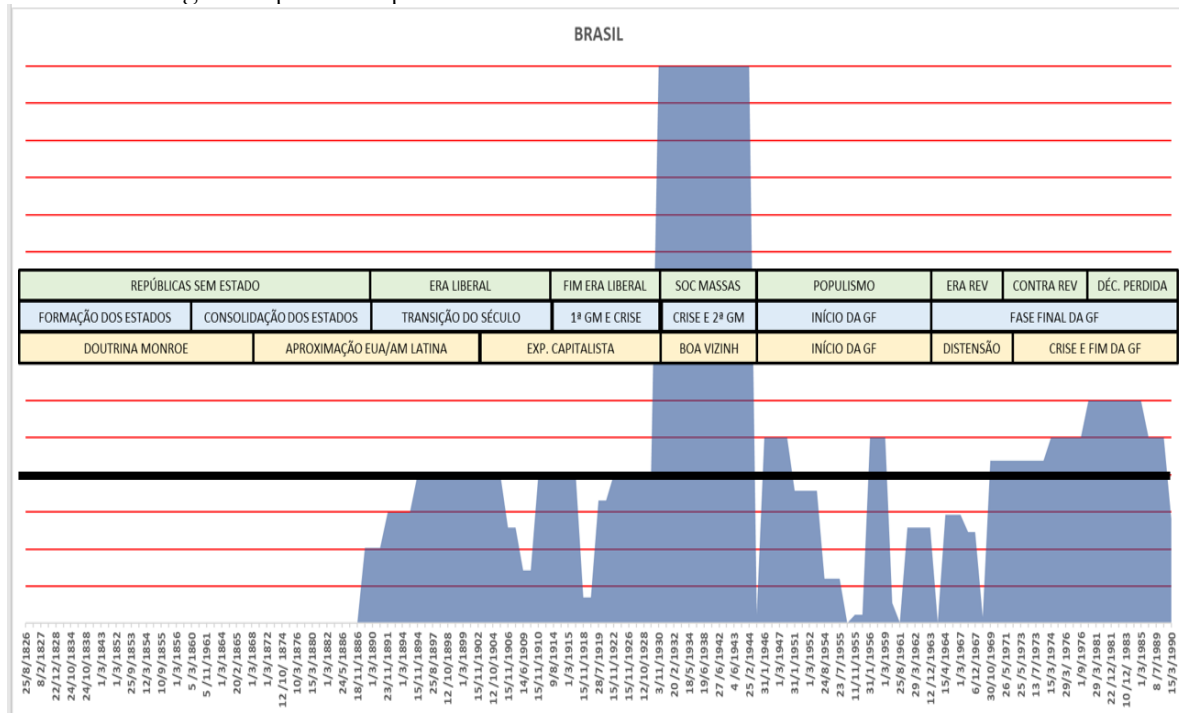
Brasil

A figura 3 apresenta os dados relativos ao Brasil. A história republicana brasileira se iniciou apenas em 15 de novembro de 1889, na presidência do Marechal Deodoro, ou seja, mais de seis décadas após a independência. A fase que segue de 1894 a 1930, ou seja, a era liberal marcada pela expansão capitalista dos EUA, apesar de possuir mandatos com menos de quatro anos, refere-se a um período que pode ser considerado de estabilidade. Nos períodos dos mandatos mais curtos, ocorreu o falecimento do presidente e a posse do vice ao cargo, no primeiro caso para finalizar o mandato e no segundo para convocar novas eleições. Sendo assim, a era liberal foi um período de estabilidade no Brasil.

A fase a seguir marca o período de Getúlio Vargas, que apresentou diferentes tipos de regime de governança, o primeiro com um governo com tendências mais democráticas, entre 1930 e 1937, apesar do presidente ter chegado ao cargo através de um golpe de Estado. A segunda etapa, de 1937 a 1945 marcou a fase ditatorial do Estado Novo. Essa foi a etapa histórica que viveu as consequências da crise econômica e a 2ª Guerra Mundial. A fase que se segue após o fim da guerra, até meados dos anos 1960 é marcada por governos interrompidos.

Na fase considerada pelos autores como a segunda metade da Guerra Fria, os governos brasileiros foram marcados pela estabilidade, no sentido de iniciar e finalizar os mandatos, que ficavam mais longos a cada governo. Essa foi a fase dos governos militares, que em grande medida tinham como preocupação interna o combate aos grupos formados naquilo que Zanatta (2012) chamada de era revolucionária, sendo esse o motivo pelo qual o autor denomina essa de era contra revolucionária.

Figura 3: períodos presidenciais e históricos no Brasil



Elaboração própria.

Argentina

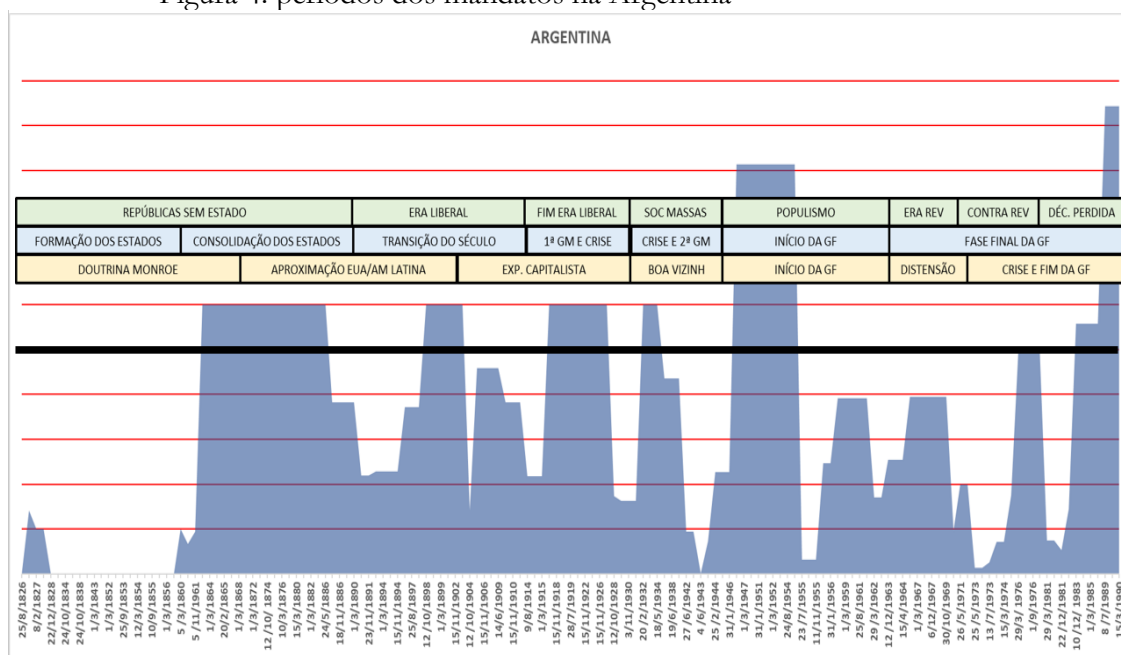
A Argentina passou por uma tentativa de fase republicana no início de sua história independente, seguida de décadas de instabilidade política e intervenções estrangeiras, quando ainda definia o modelo de Estado que perduraria. O século XIX argentino foi de disputas internas, entre os grupos políticos situados em Buenos Aires e aqueles localizados nas regiões interioranas, que diferiam em relação a um modelo mais ou menos centralizado, que definiria também o papel e a força de Buenos Aires no futuro. Após a definição de um modelo republicano, ocorreu de fato a consolidação do Estado, sendo possível vincular a estabilidade argentina da segunda metade do século XIX com a denominação do período atribuída por Moreira, Quinteros e Silva (2010).

A fase seguinte, na qual consolidou-se a economia agroexportadora e os laços comerciais com a Inglaterra, apresenta na Argentina uma sucessão de governos não concluídos. Desde a virada do século XIX para o XX, até o início da era Perón, somente quatro presidentes concluíram o mandato vigente de seis anos: o militar eleito Julio Argentino Roca (1898-1904), que havia sido o último a finalizar um mandato (1880-1886); os civis eleitos Hipólito Yrigoyen (1916-1922) e Marcelo Alvear (1922-1928), sendo a única fase de dois governos consecutivos concluídos; o militar Agustín Pedro Justo (1932-1938). Sendo assim, após a fase de consolidação do Estado argentino, relativamente aos fatores considerados nessa análise, pode se dizer que o país passou

por uma fase instável, de sucessivos períodos de mandatos governamentais não concluídos, intercalados por três períodos em que quatro presidentes finalizaram seus mandatos.

Após a fase peronista, que durou mais de nove anos consecutivamente, iniciou-se outra fase de mandatos inconclusos, inclusive com outra breve fase em que Perón retornou ao poder. Somente na chamada era contrarrevolucionária, quando se instalaram governos militares na América Latina, um mandato veio a ser concluído na Argentina, justamente o do General Videla, conhecida pelo combate violento às manifestações contrárias ao governo. Após o fim dos governos militares na Argentina, já no período da década perdida e do final da Guerra Fria, o governo de Alfonsín conseguiu concluir o mandato e foi seguido pela presidência de Carlos Menem, que realizou ajustes estruturais na economia e manteve-se no poder por mais de dez anos. Menem foi o governante que permaneceu consecutivamente por mais tempo na presidência da Argentina republicana.

Figura 4: períodos dos mandatos na Argentina

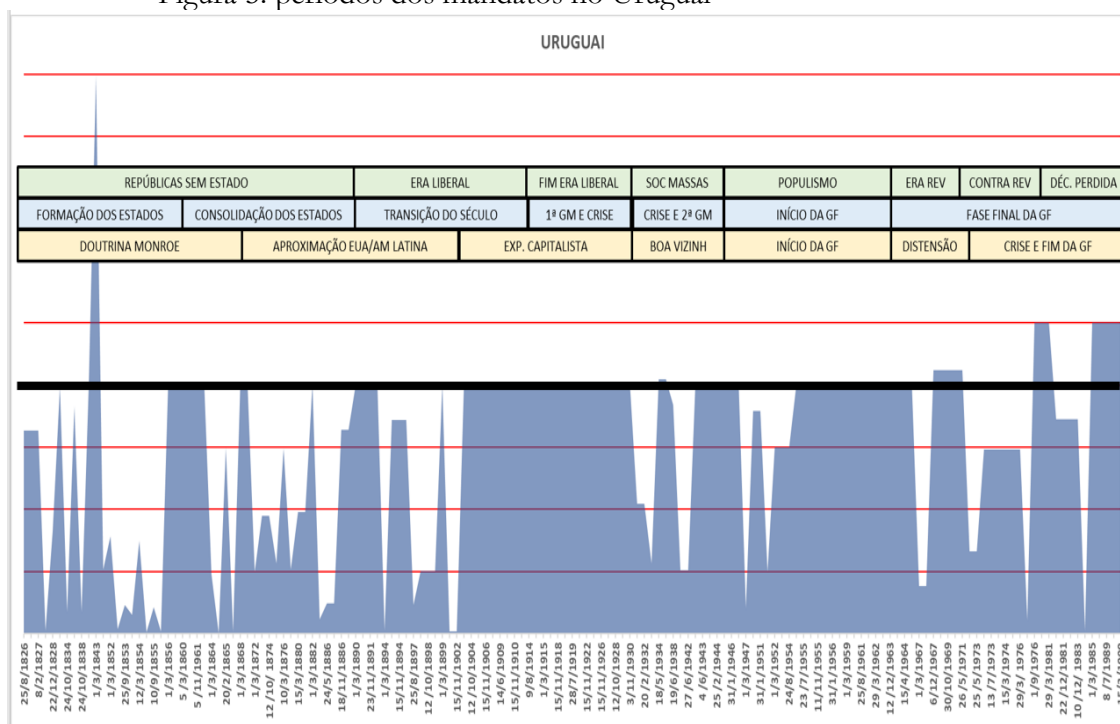


Elaboração própria.

Finalmente, o último caso abordado é o do Uruguai, na Figura 5. No caso do Brasil e da Argentina, no século XX houve períodos longos em que um mesmo governante ocupou a chefia d executivo. No Uruguai, isso ocorreu no século XIX de uma maneira atípica, visto que havia um governo bicéfalo, ou seja, dois governantes ao mesmo tempo. Esse fato ocorreu justamente no período das guerras do Prata, principalmente na fase daquela conhecida como Guerra Grande (1839-1852), quando o partido Nacional e o partido Colorado nomeavam, cada um, um presidente. Fora esse período, não se encontra no Uruguai nenhuma fase na qual um governante tenha ocupado oficialmente a presidência por um período maior que cinco anos.

O que é importante destacar é que o Uruguai, apesar de ter mandatos presidenciais registrados com maior continuidade e desde um período anterior, se comparado à Argentina e ao Brasil, viveu uma instabilidade nos mandatos desde a sua independência até o início do século XX. Na fase de expansão capitalista e da era do liberalismo econômico do início do século XX, passou por uma fase estável, tal como o Brasil. No entanto, na fase dos governos militares da segunda metade do século XX, comunga da mesma instabilidade que a Argentina na conclusão de governos, diferentemente da situação do Brasil à época. As duas fases mais estáveis do Uruguai, verificadas na figura 5, localizam-se na citada era liberal e posteriormente na etapa denominada de parte inicial da Guerra Fria e era populista. O destaque para essa segunda fase, entre 1952 e 1967, é que no caso uruguaio a presidência não era exercida por uma pessoa, mas por nove membros, sendo seis deles do partido vencedor nas eleições e três do partido derrotado. Apesar das mudanças na composição dos membros, essa pode ser considerada uma fase estável, visto que os mandatos invariavelmente chegavam ao seu fim.

Figura 5: períodos dos mandatos no Uruguai



Elaboração própria.

REFLEXÕES: A TÍTULO DE CONCLUSÃO

As constatações a partir dos dados examinados levam a diversas reflexões. A primeira delas, obviamente, é da verificação da utilidade dessa metodologia como uma das formas de se concluir

sobre o objetivo final da pesquisa: há ou não grandes períodos que podem caracterizar, conjuntamente, as diretrizes da política externa dos países da América Latina. Até o momento, conclui-se que analisar os períodos presidenciais é uma ferramenta útil e uma variável a ser considerada, mas é necessário: a) aperfeiçoar o nível da análise considerando variáveis como a forma de inserção no cargo, o modo que ocorreu o fim do mandato e o reingresso de um mesmo governante em mandatos não consecutivos; b) ampliar a coleta de dados aos demais países da América Latina. Acredita-se que a partir desses fatores, será possível perceber se diferentes regiões da América Latina têm diferentes comportamentos em relação a essas variáveis, tal como os países Andinos, o Cone Sul ou a América Central.

Outro fator é a partida da organização dos períodos a partir das relações internacionais da América Latina, entendidas as relações internacionais como um fenômeno mais amplo, do qual a política externa faz parte. Concluiu-se que esse é um caminho viável e necessário, mas evidenciou-se também que, ao mesmo tempo em que é útil para apontar similitudes e diferenças em relação às diretrizes de política externa, será insuficiente para explicar temas relacionados ao processo decisório. Para a tomada de decisão, que implicará em abordar as instituições e processos de cada país, de maneira mais específica, a ideia de se traçar grandes períodos históricos pode ser inócua. A sequência da pesquisa mostrará se essa hipótese está correta.

Finalmente, concluiu-se de maneira bastante clara, que na sequência dos trabalhos, o cruzamento dos dados coletados deve ser feito com: a) a realidade global de cada época, considerando primordialmente o papel das grandes potências; b) a realidade regional de cada país em relação aos seus vizinhos fronteiriços. A política externa dos países latino-americanos, ao longo da história, tem seguido um eixo de relacionamento com as potências de cada período e outro eixo com os países limítrofes. As demais relações exteriores dependem de diversas circunstâncias, mas as relações com países centrais e com vizinhos fronteiriços é uma realidade em qualquer período histórico.

BIBLIOGRAFIA

ASSADOURIAN, C. S.; BEATO, G.; CHIARAMONTE, J. C. **Argentina: de la conquista a la independencia**. Buenos Aires: Paidós, 1986.

CALDUCH, R. **Dinámica de la sociedad internacional**. Madrid: CEURA, 1993.

CERVO, A. L. **Relações internacionais da América Latina: de 1930 aos nossos dias**. São Paulo: Saraiva, 2013.

CISNEROS, A.; ESCUDÉ, C. **Historia general de las relaciones exteriores de Argentina**. Buenos Aires: CARI-CEPE, 2000. Disponível em: <<http://www.argentina-rree.com/historia.htm>>.

MESA, C. D.; MESA, J. D.; GISBERT, T. **Historia de Bolivia**. 8. ed. La Paz: Gisbert y Cia, 2012.

MOREIRA, L. F. V.; QUINTEROS, M. C.; SILVA, A. L. R. **As relações internacionais da América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2010.

PADRÓN, F. M. **Historia de unas relaciones dificiles (EEUU-America Espanhola)**. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1987.

ROCHA, J. **Brasil em três tempos: 1500 a 2000: a história é essa?** São Paulo: FTD, 2000.

ZANATTA, L. **Historia de América Latina: de la colonia al Siglo XXI**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012.